



DOSSIÊ BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (2022)

O Espelho e a formação da opinião pública: a atuação de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1821-1822)

O Espelho and the public opinion development: the performance of Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1821-1822)

El Espejo y la formación de la opinión pública: el papel de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1821-1822)

Juliana Gesuelli

Meirelles

orcid.org/0000-0001-8722-6173

jugmeirelles@gmail.com

Recebido em: 14 out. 2021.

Aprovado em: 24 abr. 2022.

Publicado em: 3 out. 2022.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a emergência do jornal *O Espelho* no processo de consolidação da imprensa no Rio de Janeiro e refletir acerca da importância da figura de seu redator – Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – dentro da consolidação de um processo histórico mais amplo: a construção do seu lugar de homem de letras, que se auto intitulava o representante por excelência da formação de uma opinião pública ilustrada, responsável por colocar a público os principais debates políticos acerca do processo de independência do Brasil, ocorrido de 1821 a 1823. Dentro dessa perspectiva o artigo enfoca os momentos iniciais da circulação desse periódico – entre os meses de outubro de 1821 e janeiro de 1822 – período no qual o redator estruturou a linha editorial do jornal, que garantia espaço de fala e reflexão para dois atores políticos fundamentais no processo de independência do Brasil: o então Príncipe Regente D. Pedro e seu ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Pensaremos, portanto, a relevância política da arquitetura do discurso desse periódico em meio à guerra das penas ocorrida no mundo luso-brasileiro nos dois lados do Atlântico, que foi pensado para ser reconhecido pela elite ilustrada como a principal referência de credibilidade jornalística da Corte, uma vez que tinha à frente Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, o mais experiente homem de imprensa da época da independência.

Palavras-chave: O Espelho. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Imprensa.

Abstract: This article aims to present the emergence of the newspaper *O Espelho* in the process of press consolidation in Rio de Janeiro. It also aims to reflect on the importance of its editor – Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – within the consolidation of a broader historical process: the construction of his place as a man of letters, who called himself the representative quintessentially of the formation of an enlightened public opinion, responsible for putting publicly the main political debates about the Brazil process of independence, occurred from 1821 to 1823. In this perspective, the article focuses on the initial moments of circulation of this periodical – between the months of October 1821 and January 1822 – period in which the editor structured the editorial line of the newspaper, which guaranteed space for speech and reflection for two major political actors in the process of Brazilian independence: the Prince Regent D. Pedro and his minister José Bonifácio de Andrada e Silva. We will reflect, therefore, about the political relevance of the architecture of the discourse of this periodical amidst the feathers war that occurred in the Portuguese-Brazilian world on both sides of the Atlantic, which was thought to be recognized by the enlightened elite as the main reference of journalistic credibility of the Court, since it was headed by Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, the most experienced press man at the independence period.

Keywords: O Espelho. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Press.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el surgimiento del diario *O Espelho* en el proceso de consolidación de la prensa en Río de Janeiro y reflexionar sobre la importancia de la figura de su editor – Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – dentro de la consolidación de un proceso histórico más amplio: una construcción de su lugar como hombre de letras, que se autodenominó el representante por excelencia de la formación de una opinión pública ilustrada, responsable de poner públicamente los principales debates políticos sobre el proceso de independencia en Brasil, que tuvo lugar de 1821 a 1823. Desde la perspectiva del artículo se centra en los momentos iniciales de circulación de este periódico –entre los meses de octubre de 1821 y enero de 1822– período en el que el editor estructuró la línea editorial del periódico, que garantizó el espacio de expresión y reflexión de dos actores políticos clave en el proceso de independencia brasileña: el entonces príncipe regente D. Pedro y su ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Consideraremos, por tanto, la relevancia política de la arquitectura del discurso de este periódico en medio de la guerra de sanciones que se desarrolló en el mundo lusobrasileño a ambos lados del Atlántico, que se creía reconocida por la élite ilustrada como la principal referente de la credibilidad periodística de la Corte, ya que estuvo encabezado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, el periodista más experimentado de la época de la independencia.

Palabras clave: *O Espelho*. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. La prensa.

Introdução

Em meados de 1821, o Rio de Janeiro vivia um momento ímpar em sua história. Com a notícia da Revolução do Porto em final de 1820 e as transformações na esfera política advinda desse processo, nomeadamente a formação das Cortes Constituintes em Lisboa, o Brasil (e, sobretudo, o Rio de Janeiro) passaria por grandes transformações políticas. No primeiro semestre já surgiam novos jornais na Corte que, mesmo sendo produzidos sob a licença real, sinalizavam para novas formas de se produzir e conceber a imprensa. A partir do segundo semestre de 1821 e durante todo o ano de 1822, o Rio de Janeiro viu florescer dezenas de jornais e panfletos de caráter político, os quais discutiam publicamente temas caros à nação: o constitucionalismo, o papel do redator na formação da opinião pública e a condução do processo político em meio a grave crise em que o império luso-brasileiro estava imerso. Tais questões marcaram a centralidade do debate

entre a elite ilustrada do período. Esse cenário foi caracterizado especialmente por um crescente antagonismo entre portugueses e brasileiros que, a despeito de suas divergências políticas, davam origem a novos partidos, em meio às resoluções vindas das Cortes de Lisboa (NEVES, 2003, p. 291), assim, a imprensa periódica emergia como protagonista em meio a profunda transformação da cultura política.

Nesses anos, a circulação de panfletos e periódicos ocorreu em uma quantidade jamais vista. De acordo com os dados levantados pelo historiador João Paulo Pimenta, em 1821 circulou 26 periódicos no Rio de Janeiro, atingindo o pico de 38 folhas em 1822 e recuando para 35 em 1823 (PIMENTA, 2015, p. 363). Como assinala Lúcia Neves, “[nesse contexto histórico] as ideias e as palavras adquirem sentidos novos através da ação e da prática política não só das elites e do povo, como do próprio poder” (NEVES, 2003, p. 21). É em meio a tais transformações que, no segundo semestre de 1821, surgem três importantes jornais: *O Revérbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, *A Malagueta*, de Luís Augusto May e *O Espelho*, de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que particularmente nos interessa.

O Espelho nasceu em 1 de outubro de 1821.² No número de estreia, o redator já situava seus leitores sobre a subscrição do jornal, na seção intitulada “Advertências”. Informava-os que a venda se mantinha na loja de Paulo Martin, na rua da Quitanda n. 33, a 1:200 réis o trimestre (ADVERTÊNCIAS, 1821, p. 4), mesmo estabelecimento comercial que vendia o periódico oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, o qual fora redator por nove anos, entre 1812 e 1821. A saída de Araújo Guimarães da redação da *Gazeta*, no mês de agosto, teve importantes desdobramentos no universo público. O redator alegava ter sido demitido enquanto a tipografia defendia a versão do seu pedido de demissão. As controvérsias entre o periodista e a direção do estabelecimento foram mediadas pelo *Diário do Rio de Janeiro*, folha fundada por

² Informo que toda a pesquisa do jornal *O Espelho* e dos demais periódicos aqui citados foi realizada a partir da consulta na base de dados digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Zeferino Vito de Meirelles, redator que ascendera na *Impressão Régia* e que obtivera licença real para imprimir seu jornal durante os seis primeiros meses na Tipografia Nacional (MEIRELLES, 2008, p. 218-225).

Mesmo com a pública dissidência entre Guimarães e os seus antigos chefes, *O Espelho* também passou a ser impresso na Tipografia Nacional. Como já apontou Luís Otávio Pacheco Vieira, "nem as relações entre publicistas e tipógrafos estavam reduzidas a mera prestação de serviços e nem o funcionamento das oficinas estava relegado a simples estabelecimento comercial". Vieira demonstra como o acesso a esses espaços perpassava também as redes e grupos de interesses comuns, uma vez que nesse "ambiente de formação da opinião pública e alargamento da participação política, os impressos eram instrumentos estratégicos e fundamentais para a conformação desses novos meios de participação" (VIEIRA, 2019, p. 192). Além disso, a conquista de leitores passava a ser a grande disputa entre esses ilustrados que, como no caso da demissão do então redator régio, digladiar-se-iam dali por diante pela validação de sua versão particular dos fatos que desejavam garantir no processo de formação da opinião pública. Nessa disputa, o leitor tinha a missão de decidir pelo discurso que mais lhe parecesse verossímil. Dentre todos os leitores em disputa naquele momento, emergia a figura de D. Pedro. Entre 1821 e 1823, era a ele que esses ilustrados começavam a se dirigir (MEIRELLES, 2008, p. 223).

De início, *O Espelho* já pontua a sua circulação dentro da Corte e para as demais províncias do Brasil, feita pelos correios, para aqueles subscritores que tivessem o porte pago. Ainda na mesma seção, abre diálogo com "os literatos que quiserem comunicar as suas luzes, ou fornecer interessantes notícias, de que se trará todo proveito, que permitir a extensão desta folha" (ADVERTÊNCIAS, 1821, p. 4). Seguindo o que informara no prospecto do jornal, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 25 de setembro de 1821, a folha, que nascia em meio às discussões das Cortes portuguesas, manteve estrutura se-

melhante à da *Gazeta do Rio de Janeiro*: as seções do jornal priorizavam as notícias estrangeiras, primordialmente vindas das Europa, com foco na edição, tradução e transcrição de periódicos estrangeiros, assim como elevava as notícias advindas das províncias como preocupação de primeira grandeza. Ademais, as informações de interesse comercial para os grandes negociantes da Corte (preço de gêneros de exportação) e entradas e saídas do comércio marítimo no Rio de Janeiro, eram cotidianamente publicadas na última página do jornal. A despeito dessas semelhanças, desde o início, o redator deixava claro que o mote central de suas preocupações era ter a "Constituição [...] como objeto de maior importância", sendo o *Diário das Cortes e do Governo* sua principal fonte de informação (PROSPECTO, 1821, p. 156-157).

Já no *Prospecto*, Araújo Guimarães tecia o diálogo intelectual que intentava travar nessa nova empreitada política: pedia aos literatos que "auxiliem esta empresa com os seus conselhos e escritos" através de cartas entregues na loja de Paulo Martin. Desejando seguir as luzes dos "sábios", o redator de *O Espelho* afirmava que em sua folha não teria lugar para injúria de qualquer pessoa, assim como os demais escritos que ali forem publicados "deverão prestar a responsabilidade legal ainda que não sejam publicados os nomes dos seus Autores, quando estes o queiram ocultar". (PROSPECTO, 1821, p.156-157). Apesar de tão nobres intentos, como já demonstrou Isabel Lustosa, *O Espelho* esteve entre os periódicos que "publicaria os artigos mais insultuosos daquele período e no qual D. Pedro escreveria" (LUSTOSA, 2000, p. 149), envolvendo-se ainda em várias polêmicas, como foi o caso de o *Revérbero*, em 1821, de *A Malagueta* e o *Semanário Cívico da Bahia*, ambos no primeiro semestre de 1822, o que já indicava as *diferentes concepções políticas* de seus redatores sobre a condução do processo de independência do Brasil. Nos quase dez anos de atuação na imprensa, Guimarães qualificou-se como *persona mui grata* no mundo das letras. Desde seus estudos em Lisboa entre os anos de 1791-1805, Araújo Guimarães teve uma vida

de grande atividade intelectual e política. Ainda quando era estudante de matemática na Academia Real de Marinha, enveredava-se com sucesso na seara da tradução – atividade desempenhada ao longo de toda a sua trajetória. Ao destacar-se entre os pares, chamou a atenção do então ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Souza Coutinho, responsável por lhe abrir as portas para a vida pública.³ Desde seu retorno para o Brasil em 1805 e, especialmente, depois da chegada da monarquia portuguesa ao Rio de Janeiro, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães exerceria múltiplas atividades que englobavam a concepção da Coroa de *súdito ilustrado* do Império Português.⁴

Dentro do universo da cultura escrita, portanto, e com destaque para a palavra impressa, Araújo Guimarães era uma voz que, paulatinamente, tornava-se autorizada e reconhecida – primeiro pela Coroa e depois pela sociedade fluminense – na conquista do espaço das proposições de exercícios que visassem a reflexão coletiva no mundo da ciência, arte e política. Neste período, além da *Gazeta*, foi editor do jornal *O Patriota*. Como nos lembra Lorelai Kury, *O Patriota* inaugurava as publicações de artigos densos e analíticos sobre ciência, arte, cultura e letras e tinha a pretensão em formar leitores, agricultores, homens de ciência, escritores (KURY, 2007, p. 9-12). Responsável pela política editorial do jornal, Guimarães congregou em torno dela subscritores de peso na órbita política e cultural da monarquia – como a própria Princesa Carlota Joaquina, o Conde dos

Arcos e o Conde das Galveias, além de personagens muito relevantes do mundo livreiro e da administração pública, a exemplo de Manuel Joaquim da Silva Porto e Paulo Fernandes Viana, respectivamente.

Editor de periódico tão seletivo, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães colocou a sua pena a serviço da divulgação das linhas gerais do iluminismo luso-americano nos dois lados do Atlântico, reiterando a política cultural da monarquia que não apenas amplificava as suas ações no Novo Mundo pela voz das folhas impressas que patrocinava, como também corroborava para exaltar a preponderância do Brasil na discussão teórica e no pragmatismo dos ensinamentos referentes a discussão do papel das artes e das ciências no universo público (MEIRELLES, 2017, p. 102-123). Já para a atuação jornalística de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães no período da independência, Isabel Lustosa afirma que o redator de *O Espelho* não estava comprometido com os liberais, tampouco era um valente defensor do Trono e do Altar, como Cairu. Para Lustosa, as atitudes assumidas pelo *O Espelho* eram mais orientadas por "ligações pessoais do coronel com pessoas próximas ao príncipe, e logo depois com José Bonifácio, do que por uma agenda de princípios políticos bem definidos que ele pretendesse ver aplicados, como era o caso dos redatores do *Revérbero* e da *Malagueta*" (LUSTOSA, 2000, p. 173). A proximidade com o poder e os homens da órbita governamental desde a sua formação em Lisboa fora um de seus principais intentos

³ Sobre a trajetória do matemático e redator, ver: CAROLINO, Luís Miguel. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, p. 251-278, 2012.

⁴ Com a vinda da monarquia de Bragança para o Brasil em 1808, Ferreira de Araújo consolidaria sua trajetória de renome como homem de letras e ciências. Estritamente vinculado ao grupo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi lente da Academia da Marinha (1808-1811) e da Academia Militar (1812-1821), além de ter sido o principal redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre os anos de 1812 e 1821 e, posteriormente, entre os anos de 1826 e 1830. Fundador de *O Patriota* (1813-1814), a primeira revista de cunho científico e literário nascida no Brasil, Guimarães, atuou nesse periódico mais como coordenador e catalisador de diversos indivíduos que colaboravam no projeto do que propriamente como escritor. Paralelamente, contribuiu de maneira decisiva para o enraizamento e divulgação do conhecimento científico produzido no Brasil em início do oitocentos: foi um dos tradutores mais ativos de livros na área das ciências exatas assim como produziu obras de sua autoria, todas publicadas pela Imprensa Régia. Dentre algumas de suas traduções estão *Elementos de Geometria e Tratado de Trigonometria* (1809), ambas de Legendre, *Complementos dos Elementos de Álgebra* de Lacroix (1813) e *Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea e Esférica e da Aplicação da Álgebra à Trigonometria* de Lacroix (1821). Concordamos com a definição de súdito ilustrado da historiadora Tereza Cristina Kirschner, para quem este grupo era composto "[súditos] ilustrados portugueses do final do século XVIII e início do XIX formavam um grupo, principalmente de funcionários régios, que pregava a ideia de civilização e progresso da sociedade, ancoradas em princípios científicos, e defendia reformas que não abalasses as estruturas do Antigo Regime. Apropriaram-se das ideias de Newton e Adam Smith, do direito natural renovado da época moderna, separaram a teologia da filosofia, mas reconheciam os limites da razão humana, e por isso justificavam a necessidade da Revelação nos casos em que a Razão mostrava-se (sic) insuficiente." KIRSCHNER, Tereza Cristina. D. Rodrigo de Souza Coutinho e os ilustrados da Corte de D. João. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia. 1808: a corte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010. p. 221.

e, nesse sentido, guiar a sua pena explicitando esses laços nunca apareceu para Araújo Guimarães como um problema, ao contrário, fora uma estratégia discursiva e politicamente circunscrita pelas páginas de *O Espelho*. No número de estreia, por exemplo, o redator recuperou uma notícia de julho publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* acerca da chegada de D. João VI em Lisboa.

Segundo a ordem, que imos seguindo [sic], memoraremos aqui com o maior jubilo um acontecimento, que faz uma época gloriosa nos Estados de Portugal; ainda que ele fosse já extensamente referido na Gazeta desta Cidade. Falo da faustíssima chegada de El-Rei Constitucional, e de toda a Sua Real família à capital do Império Lusitano no célebre dia 3 de Julho, *de volta ao seio dos seus saudosos súditos de Portugal para cooperar como eles na majestosa obra de sua Regeneração Política* (*O ESPELHO*, 1821, p. 3, grifo do autor).

Ao escolher uma notícia que exaltava as atitudes do monarca que se curvava aos seus súditos voltando para a casa e aceitando o pacto constitucional, Araújo Guimarães ratificava, mais uma vez, o compromisso de fazer da sua pena a escrita da história recente do Reino Unido a ser – posteriormente – reconhecida como importante memória de um tempo histórico de grandes mudanças políticas. No período joanino – a ordem de imprensa produzida pelos prelos da Coroa pelas duas margens do Oceano Atlântico – a exemplo da *Gazeta de Lisboa*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Idade d'Ouro da Bahia*, *O Patriota*, *O investigador Português em Inglaterra*, entre outros, comungava de um ideal de imprensa cuja missão era cumprir o papel de um relato fiel da História política do tempo presente, em que valores como a cronologia, a narração e a coleção de documentos públicos destacavam-se como os pontos estruturantes da credibilidade pública (MEIRELLES, 2008, p. 135). É sob essa ótica que também *O Espelho* concebia o interesse dos leitores pelos acontecimentos políticos, uma vez que, como já dissemos, Araújo Guimarães fora o redator da Corte por nove anos, e tinha claro para si que a atividade jornalística se constituía essencialmente por valorizar a História do tempo, ou, em outras palavras, a coleção de documen-

tos públicos para escrever a história. Na mesma linha, em 1814, o redator de a *Idade d'Ouro* circunscruvia a folha como um "substituto do livro, [assim] como o jornalismo se apresenta como o equivalente melhorado do gênero histórico" (SILVA, 1978, p. 43).

No segundo número, encontramos outra importante referência da linha editorial do periódico: a republicação da edição n. 94 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que resgatava o início da seção "Pedro aos Fluminenses", espaço que seria compartilhado por ambas as folhas em todo o tempo de sua vigência, e que inaugurava a atuação da pena do Príncipe no mundo da imprensa. Como demonstra Vera Lúcia Nagib Bittencourt, "as expectativas e lutas políticas cresciam em torno do Príncipe, que delas participava e se queixava de, apesar de Regente, não poder exercer a administração, em vista de muitas dificuldades financeiras com que se defrontava" (BITTENCOURT, 2007, p. 122). A autora situa, ainda, as movimentações ocorridas na cidade que giravam em torno de uma "possível tentativa de proclamar a "independência", entendida como preservação e manutenção da soberania do Reino do Brasil a partir do Rio de Janeiro" (BITTENCOURT, 2007, p. 122). Nesta primeira Proclamação, D. Pedro já se mostrava consciente da "necessidade de divulgar uma versão oficial dos acontecimentos [...] e repudiar com firmeza, naquele momento, iniciativas que pretendiam aclamá-lo imperador" (BITTENCOURT, 2007, p. 124). O escrito aparecia aos olhos do universo público luso-brasileiro, e especialmente, para D. João VI como uma "denúncia" dos projetos "alternativos" daqueles súditos que desejavam levá-lo ao poder, aclamando-o imperador. Com o fito de reiterar os laços familiares e a fidelidade dinástica que unia o Novo e o Velho Mundo, D. Pedro enfatizava sua "firme fé constitucional, condição essencial para fortalecer e ampliar as forças políticas que poderiam lhe dar o necessário respaldo" (BITTENCOURT, 2007, p. 125).

O debate das Cortes ao longo do segundo semestre de 1821 também era articulado em prol da redução da hegemonia do Rio de Janeiro dentro do Brasil e perante as demais províncias.

Como observa a historiadora Iara Lis Schiavinatto, a reinstalação da antiga Relação (órgão colonial), a jurisdição econômica não podia arbitrar em casos duvidosos, os quais seriam enviados para Lisboa. A reintrodução das Relações da Bahia e do Maranhão – que se articulavam comercialmente mais com o Porto e Lisboa também minava a hegemonia carioca. Além disso, o amplo empobrecimento burocrático – com a extinção da Casa de Suplicação da Corte, da Mesa da Consciência, do Desembargo do Paço, da Junta do Comércio e da Junta do Comércio e o Conselho da Fazenda e do Erário associada às exigências de Lisboa para a volta de D. Pedro culminou em uma crescente instabilidade política. Ainda segundo Schiavinatto, em dezembro de 1821,

a deputação portuguesa já demonstrava a sua apreensão com os rumos do governo e da rebeldia no Rio de Janeiro, que exigia maior favorecimento nas novas leis a serem adotadas e se articulava com Minas e São Paulo para reivindicar a permanência de D. Pedro, no conhecido 9 de janeiro [de 1822] – o famoso dia do “Fico” (SCHIIVINATTO, 1999, p. 134).

1 O Espelho em meio ao debate constitucionalista no Rio de Janeiro

Entre outubro de 1821 e janeiro de 1822, a Tipografia Nacional imprimiu 34 edições de *O Espelho*, cuja estreia foi anunciada na seção de Avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em fins de setembro (AVISOS, 1821, p. 4). Desde o início, Guimarães deixaria claro para seus leitores o seu trabalho no jornal, que pouco se diferenciava daquele exercido anteriormente:

Para informar os Leitores das mais interessantes novidades, recebidas pela chegada do Pacote inglês, examinei atentamente as folhas mais modernas tanto Inglesas quanto Francesas; e oferecerei neste lugar o resumo do que me pareceu mais digno da consideração do Público Ilustrado (NOTÍCIAS..., 1821, p. 2).

Sob o fito dos valores jornalísticos já consolidados na imprensa luso-brasileira no raiar do século XIX (novidade, interesse público e credibilidade), Guimarães teceria as bases de seu diálogo com os homens ilustrados através da publicação

de cartas de leitores no periódico, as quais ora eram assinadas, ora mantinham o anonimato (sob pseudônimos ou mesmo abdicando da assinatura), como foi o caso da primeira missiva, saída na edição de 24 de Outubro de 1821, na seção “Correspondência”. Antes de conhecermos seu conteúdo, é importante contextualizarmos algumas mudanças ocorridas na imprensa periódica da Corte após a partida de D. João VI para a Europa.

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães foi o responsável por explicitar a reestruturação editorial da *Gazeta do Rio de Janeiro* ocorrida em maio de 1821. A folha passava a ter outro *layout* (com advento de novas seções fixas) e periodicidade, em uma clara representação ao novo momento político: o início da regência de D. Pedro na capital americana do Império Português (MEIRELLES, 2008, p. 213-216). Pensada pela direção do periódico e pelo seu redator, a inserção de peça jornalística *Correspondência* permitia a publicação de *cartas de leitores* e os *abaixo-assinados* da sociedade conquistando, ao longo do tempo, relevância pelas páginas da folha, uma vez que possibilitava uma crescente participação *opinativa* dos leitores nas questões políticas. A partir do segundo semestre de 1821, essa mudança na noção de credibilidade – que perpassava a relação entre redatores e o público leitor – apareceria de forma consolidada na nova ordem de imprensa que emergia no Rio de Janeiro nos anos de 1822 e 1823, que prezava pela formação da opinião pública. À época, porém, o sentido de abrir espaço para os leitores estava muito mais vinculado ao *ato de publicar as notícias sem omissão* do que permitir que estes expusessem seus olhares divergentes, possibilitando a autêntica prática da crítica, na acepção de Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 1999, p. 93). É dentro desse contexto, portanto, que lemos a carta do leitor dirigida ao “Senhor Redator do Espelho” que primava pela reflexão sobre o rumo das Cortes:

Eu estava persuadido que a Constituição, que ora nos felicita, procurava estabelecer a Moral Pública. Mas os escritos modernos, que hoje inundam a Corte com libelos grátis, ou en-

tremezes vendidos, são de opinião contrária; pois que se esforçam a preparar com artifício grosseiro a degradação dos costumes, ensinando a nossa mal fadada [sic] mocidade a maledicência, quando lhe deviam inspirar o acatamento, que se deve às classes de Autoridades, e aos indivíduos respeitáveis por seu caráter e serviços, não obstante algumas quebras com que todos pagamos o tributo da fragilidade humana. Eu pensava que a nossa Constituição Liberal tinha por objeto muito particular regular as ações do Cidadão pela Lei, e a Lei pela Razão, mais os nossos Doutores na lei mais representam do que Apóstolos da semrazão [sic] (CORRESPONDÊNCIA, 1821, p. 4).

Ao considerar a circulação de impressos no Rio de Janeiro como um elemento central para os rumos político do Reino Unido desde a chamada das Cortes em 1820, o leitor de *O Espelho* circunscrevia o cuidado que os homens de imprensa deveriam ter com seus escritos.

[...] mas eu vejo que toda a missão incendiária dos nossos libelistas não é outra coisa mais do que uma cousa, que eu chamava abuso da liberdade. [...] Mas não digo bem, Sr. Redactor. Sempre me ensinaram nas Aulas que os escritos são a escola dos costumes. Se isto é verdade, então pobre Rio de Janeiro! (CORRESPONDÊNCIA, 1821, p. 4).

A posição desse leitor coadunava com o sentido da época acerca da formação da opinião pública no período – a opinião como soberana no reino da razão, como já demonstrou Marco Morel (2005). Por essa perspectiva, segundo Pimenta,

seria uma equívoco pretender que, no Reino Unido português, o advento da opinião pública dotada desse sentido, estiano em razão direta o advento da liberdade de imprensa, implicaria em uma linha ascendente ou progressiva no estabelecimento dessa mesma liberdade, já que a questão da liberdade surgia, desde sempre como condição *sine qua non* para seu pleno exercício (PIMENTA, 2015, p. 367).

Aliás, dentro desse tempo de intensos debates políticos que redefiniriam os rumos da relação entre Portugal e Brasil, Marco Morel (2005) resalta quão decisivo foi o papel da imprensa luso-brasileira no processo de independência política do Brasil, ao ressignificar e ampliar espaços de liberdade de expressão e de debate de ideias, dentro da perspectiva da formação de um novo espaço público que interferia tanto no quadro

da separação com Portugal quanto no início da edificação da ordem nacional. Nesse sentido, a continuidade da reflexão do leitor também nos é reveladora:

E não haverão [sic] almas piedosas, que desenganem os insensatos curiosos, para que não comprem semelhante peste, para ver se assim acaba tanta epidemia de papéis escandalosos! Ah! Snr Redactor já que não temos ainda os nossos Jurados, não convidará, por quem é, alguns devotos para se oporem a esta propaganda sediciosa? Sediciosa! Sim, Sr, Redactor sediciosa. E se não, diga-me, o que quer dizer atacar Magistrados, Militares, Eclesiásticos, Tribunais, Cidadão? E se fosse só isto! Olhe: até não escapa o pobre Banco, como se ataques fossem remédio! (CORRESPONDÊNCIA, 1821, p. 4, grifo nosso).

Encaminhada precisamente ao redator, esta fala tem um sentido muito peculiar: escancara o reconhecimento público de Araújo Guimarães considerando-o, quiçá, a voz mais destacada da Corte. Como já reiteramos, a trajetória de Guimarães foi de ascendente conquista, ao longo do tempo, do lugar de redator oficial da Coroa (e da cidade). E deste *locus*, encabeçava o processo da formação da discussão pública de questões políticas que atravessavam as duas margens do Atlântico, desde novembro de 1820, quando as primeiras notícias da Revolução do Porto passaram a circular pelas ruas do Rio de Janeiro. Mais do que nunca, portanto, Guimarães surgia aos interlocutores do jornal como a "voz da experiência" do mundo das letras, mormente no processo de consolidação de uma ordem de imprensa, que desde 28 de agosto de 1821 vivia o fim da censura prévia no Brasil e cujo decreto saía dos prelos pelas mãos do Príncipe Regente D. Pedro.

Ciente da força da sua palavra na formação da opinião pública e exímio conhecedor da política de circulação interna e transatlântica dos impressos, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães estruturou as seções de *O Espelho* assim como arquitetou o seu discurso para galvanizar em torno de si – com a ratificação do universo público – a ideia de que ele era, por excelência, o jornalista que conduzia os debates acerca do processo de independência do Brasil (no sentido de autonomia). Assim, em 21 de novembro de

1821, quase um mês depois da publicação desta carta, *O Espelho* inseria na seção *Correspondência* uma interessante reflexão de outro leitor acerca do seu conteúdo. Acompanhemos:

Lendo em seu excelente periódico, n.4º, a Carta que contém o Artigo Correspondência, que pelos seus sólidos princípios, a todas as luzes manifestos tem merecido a respeitosa atenção de muitas pessoas de erudição, e gosto desta Cidade, e parecendo coadunar-se com a razão que não se negue ao Autor qualquer obra boa o prêmio por ela merecido, ao mesmo tempo que se fazem dignos de todo desprezo aqueles que, que não só vituperam, dizendo tudo bem de si, mas até se constituem detratores do merecimento alheio. [...] E fazendo palmatória de todos, esquecendo-se dos defeitos próprios; para que pois fiquem satisfeitos os amantes da boa ordem, e da verdade, e que desejam eficazmente estreitar os vínculos da confraternidade, que nos devem unir, do que quebra-los, e substituir a harmonia à discórdia, e o remédio aos males, (de que Graças à DIVINA PROVIDÊNCIA [sic] já sentimos melhora) queira Vm. ter a bondade de inserir no seu belo Periódico, para que com a sua publicidade, receba o autor da dita Carta, pela Política Doutrina, que nela exuberava, os agradecimentos dos Beneméritos da Pátria, e para que ele continue a ilustrar-nos com os escritos credores de tanta estima; estendendo-se estes mesmos agradecimentos a Vm., pelo zelo Patriótico, que tem desenvolvido (CORRESPONDÊNCIA, 1821, p. 6).

Como podemos notar, o leitor não economizou nos adjetivos. Enquanto *O Espelho* era definido como “Excelente periódico” ou “belo Periódico”, seu redator era aquele que desenvolvia o “zelo Patriótico” pelas páginas de sua folha, inaugurando, com isso, a oportunidade para que os “amantes da boa ordem, e da verdade” pudessem debater acerca dos melhores rumos políticos a serem pensados em meio às Cortes portuguesas. Nesse sentido, portanto, incentivar a atividade do periodista – que prezava por expandir o “diálogo” com seus interlocutores aparecia, neste comentário, como um caminho necessário, irreversível, mas que deveria ser muito bem regado – para que a opinião pública fosse conduzida e orientada nos debates que propunham. Em outras palavras, era preciso nomear – qualificando – quem eram os detratores e os sábios, dignos de respeito. Por outro lado, é imprescindível atentarmos para a natureza desses escritos e a sua veracidade.

Como ratificá-la, uma vez que o periódico nunca explicitava a identidade desses sujeitos, os quais, ora assinavam por pseudônimos, ora nem assinavam suas missivas? Como salienta Adrian Johns (1998), as bases que definiam o que vinha a ser a credibilidade aos escritos no mundo da impressão são sempre construídas pelas representações e convenções que permitiam aos leitores ter confiança (ou não) nos empreendedores e, a partir disso, julgar a autenticidade dos textos e o valor das edições de livros ou jornais. Tal foi o fato que, em 5 de dezembro de 1821, a seção *Advertências* explicitava a continuidade, sucesso e apoio dos homens ilustrados nessa nova empreitada jornalística: a partir de 1822, *O Espelho*, que nos primeiros meses de existência circulou uma vez por semana, às quartas-feiras, passaria a ser bissetimanal, tendo suas edições publicadas às segundas e sextas-feiras, ao preço de 4\$000 réis o semestre ou 2\$400 réis o trimestre. No diálogo com os assinantes, o redator agradecia a consideração com que seu projeto fora aceito nos círculos letrados do Rio de Janeiro e demais províncias do país.

O benigno acolhimento, com que o Público tem honrado este periódico, longe de excitar a vaidade do Redator, que apenas tem feito pequenos ensaios de um plano mais vasto. Servem somente de excitar o seu reconhecimento, empregando mais assiduamente os seus desvelos para continuar a merecer tão lisonjeira distinção. Para este fim, tem diligenciado, e conseguido de 1º de Janeiro seguinte em diante publicar semanalmente dois Números, nas Segundas e Sextas-feiras, a fim de poder mais prontamente comunicar notícias, e outro sim [sic] ter mais espaço para consagrar a outros objetos, que os limites desta folha têm até agora excluído (ADVERTÊNCIAS, 1821, p. 4).

Os laços de confiança com os seus leitores e com seus seletos articulistas – D. Pedro e José Bonifácio de Andrada e Silva – começariam a ser cada vez mais explicitados a partir de janeiro de 1822, como veremos a seguir.

2 Algumas notas sobre o “Fico” pelas páginas de *O Espelho*

O enfoque editorial de *O Espelho* do mês de

janeiro de 1822 girou exclusivamente em torno do "Fico". Ocorrido no dia 09, o "Fico" foi o resultado de uma importante articulação política que passou, primeiramente, pelas câmaras de São Paulo e Minas Gerais, as quais remeteram ao Príncipe uma representação que solicitava a sua permanência. Como demonstra Iara L. Schiavinatto, setores importantes do Rio de Janeiro – como a maçonaria, o grupo de Clemente Pereira e o Clube da Resistência – prontamente aderiram à empreitada. Juntos, articulavam através das câmaras o eixo do sudeste. Já o aceite de D. Pedro circunscrevia sua intenção política em manter a união do Brasil com Portugal. "Ele [D. Pedro] não se afastava da preferência pelo grande império, mas trabalhava pela consolidação dos seus elos com a sociedade brasileira", examina a historiadora (SCHIAVINATTO, 1999, p. 135). Dois dias depois de decisão tão relevante para os rumos políticos do Brasil, *O Espelho* publicava o "Extrato da Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro", de 8 de janeiro, e cujo "Artigo de Ofício" tinha sido publicado por ordem de D. Pedro:

Senhor. – Tínhamos já escrito a V.A.R antes pelo último correio que recebemos a Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro de 11 do corrente, e apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro Decreto das Cortes acerca da organização dos Governos das Províncias do *Brazil* [sic], logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação porque vimos nele exarado o sistema de anarquia e da escravidão; mas o segundo pelo qual V.A.R deve regressar para *Portugal*, a fim de viajar *incógnito* somente pela *Espanha, França e Inglaterra*, causou-nos um verdadeiro horror. Nada menos se pertende [sic] do que desunir-nos, enfraquecer-nos, arrancando do seu seio da grande Família Brasileira [sic] o único Pai Comum, depois de terem esbulhado o *Brazil* [sic] do benéfico Fundador deste Reino [...] Como ousam desmembrá-lo em porções desatadas, isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de força e união? Como ousam roubar a V.A.R. o Lugar-Tenência, que seu Augusto Pai nosso Rei Lhe concedera? (EXTRATO..., 1822, p. 1).

Escrita no Palácio do Governo de São Paulo em dezembro de 1821, a carta foi elaborada por José Bonifácio Andrada e Silva e assinada pela junta paulista, a começar pelo governador da capitania de São Paulo, José Carlos Augusto Oeynhausén. Considerada pela historiadora Ana

Rosa Cloquet da Silva como "o primeiro e mais polêmico documento" referente a situação política de D. Pedro, a missiva registrava em "tom agressivo e contundente, todo um ressentimento colonial suscitado pelos decretos de Lisboa" (SILVA, 2006, p. 326), cuja finalidade era "arrancar do seio da grande Família Brasileira o único Pai comum que nos restava" (O ESPELHO, 1822, p. 1). Em relação a concepção de José Bonifácio na arquitetura do documento, Ana Rosa C. da Silva nos chama a atenção que, ao associar o "Maquiavelismo Constitucional" ao "Velho Despotismo", José Bonifácio pretendia, desse modo, denunciar as contradições de um projeto liberal que, no seu entender, embora definido por uma postura essencialmente *antiabsolutista* não podia prescindir do modelo *recolonizante*" (SILVA, 2006, p. 328, grifo do autor). Em suma, nesse documento amplamente veiculado por ordem real em pelo menos dois periódicos fluminenses apoiados politicamente pela Coroa – a *Gazeta* e *O Espelho* – ficava patente a força das ideias de José Bonifácio e sua aproximação com o Príncipe Regente. Além disso, já circunscrevia a afinidade política de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e José Bonifácio que, a partir de então, teria espaço de escrita garantido n'*O Espelho* para veicular seus projetos e reflexões. Na mesma edição, o jornal veiculava dois editais saídos em 09 e 10 de janeiro. Este último, precisamente, escancarava a resposta do Príncipe Regente à representação feita pelo Povo do Rio de Janeiro, rogando-lhe que permanecesse no Brasil. A célebre frase de D. Pedro "Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto; diga ao Povo que fico" – não só correria as províncias pelas páginas dos jornais, como também chegaria a Portugal como notícia de primeira grandeza.

Considerações finais

Sobre a utilização das proclamações por D. Pedro, Vera Lúcia Nagib Bittencourt ressalta a sua concepção de que este tipo de escrita era "um artifício que contribuía para dar maior liberdade de atuação ao Príncipe" (BITTENCOURT, 2007, p. 79), sendo também uma "maneira de referenciar

um poder soberano, sugerido pela Regência, ou seja *lugar-tenente* do rei, quando os fundamentos do poder real estavam em discussão, e a soberania era reivindicada pela nação, nos termos das Cortes de Lisboa" (BITTENCOURT, 2007, p. 79). Ainda segundo Bittencourt, D. Pedro elegeu o "Fico" como marco da sua atuação na arena pública em um momento de luta política. Ali "aparentemente, sua autoridade manifestou-se, ainda que contingenciada pela ordem constitucional, de forma autônoma", o que lhe propiciava a possibilidade de "dar verossimilhança à sua condição de protagonista" (BITTENCOURT, 2007, p. 79). Do dia 11 de janeiro em diante, *O Espelho* priorizaria as Proclamações e Cartas do Regente – como foi o caso da edição n.18 (de 18 de janeiro) em que o periódico republicava um extrato da *Gazeta do Rio de Janeiro* – a seção "Habitantes do Rio de Janeiro", assinada pelo Príncipe ou ainda a edição n. 19 (de 21 de janeiro) em que veiculava o extrato do 2º suplemento ao n. 7 da *Gazeta do Rio de Janeiro* datada de 15 de janeiro, intitulado: "Termo de Veneração do dia 09 de janeiro".

Quando a causa Pública, e segurança Nacional exigem que se tomem medidas tão imperiosas como as há pouco tomadas por Mim, é obrigação do Povo confiar no Governo. Habitadores desta Provincia, a representação por vós respeitosa e levada à Minha Real Presença, e por Mim aceita de tão bom grado, está longe de ser um princípio de separação, que ela vai unir os laços indissolúveis o Brasil a Portugal [...] sede Constitucionais perpetuamente; não penses em separação, nem levemente; ase isto fizerdes não conteis com a Minha Pessoa [...] Por tanto eu repito que vos disse no dia 09 do corrente, e sobre que me fundei para aceitar a vossa Representação; União, e Tranquilidade. Com união sereis felizes, com tranquilidade [...] felicissimos (HABITANTES..., 1822, p. 2).

Foi no binômio representação/proclamação em torno do 9 de janeiro que é possível que vejamos os mecanismos que permitiram construir, segundo Bittencourt, ainda que *a posteriori*, uma interpretação simbólica não apenas acerca da secessão no Reino Unido, mas, mormente, em relação à emergência da liderança do príncipe (BITTENCOURT, 2007, p. 79). Por essa perspectiva, portanto, nesse escrito D. Pedro reiterava a sua autonomia que justificasse e legitimasse a defesa

dos interesses do Reino do Brasil contra a política "recolonizadora" dos portugueses europeus, o que, na prática, não significava ainda a correlação entre a ideia de independência com uma perspectiva de ruptura dentro do movimento de luta política entre os diversos grupos que compunham a cena pública no Rio de Janeiro. O grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, que sustentava o *Reverbero Constitucional*, por exemplo, preconiza em suas páginas uma conciliação de seus interesses com os dos revolucionários do Porto, a independência significava a "constituição da 'nação portuguesa' livre, soberana, idêntica às demais nações, capaz por isso mesmo de expandir seus interesses no mercado internacional" (OLIVEIRA, 1999, p. 154). Para a historiadora Cecília Oliveira, os movimentos de 1820 em Portugal e de 1821 no Rio de Janeiro eram as verdadeiras imagens da conquista da independência, na qual os homens livres proprietários destruíram o despotismo, instaurando uma sociedade civil – capaz de captar em si própria a fonte de legitimação do poder de elaborar leis e escolher as autoridades a quem caberia executá-las (OLIVEIRA, 1999, p. 155). Por outro lado, a análise da "Memória" – documento manuscrito analisado por Vera Lúcia Nagib Bittencourt – coloca em cena os bastidores políticos da realeza portuguesa. Segundo a pesquisadora, o documento foi escrito em Portugal e sugeria cuidadosa preparação política para a condução do Príncipe. Se por um lado, a determinação exata da produção do documento é difícil de determinar, por outro, a autora nos esclarece que o seu conteúdo foi elaborado enquanto as Cortes discutiam a organização do Reino entre os meses de agosto e outubro de 1821, sendo datado de janeiro de 1822. Em relação às orientações ao Príncipe Regente, a proposição de a *Memória* nos mostra a "ação articulada entre D. Pedro e D. João na defesa da Coroa e sugere como, lá e cá, havia quadro muito nuançado de propostas" (BITTENCOURT, 2007, p. 80-81).

Um pouco mais de um mês após o "Fico", na edição n. 28, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães fazia uma importante reflexão sobre o conteúdo daquele número de *O Espelho*, que circulava em

22 de fevereiro. A seção intitulada *Observações* esclarecia seus leitores acerca de suas escolhas editoriais.

Ainda que abundemos de notícias estrangeiras a ponto de ser difícil a escolha, cedemos do melhor grado o lugar às Determinações *acertadíssimas* do nosso Augusto Regente, expedidas nos três Diplomas acima transcritos. Pelo primeiro, S.A.R põem em termo às divisões arbitrárias, reunindo todas as Províncias (por seus Procuradores) em um círculo que o mesmo Senhor é o Centro; promovendo assim não só a unidade indispensável à prosperidade do Brasil, mas a facilidade de chegarem à sua Real Presença às queixas, ou representações, de todos os Povos, ainda os mais remotos. Este passo de Sabedoria aberta em um vínculo indissolúvel todos os Governos, abafando ciúmes particulares, e porventura pretensões exageradas (OBSERVAÇÕES, 1822, p. 2).

Como podemos notar, o redator optava pelas notícias políticas da Corte – que envolviam decisões oficiais de D. Pedro – em detrimento daquelas referente à Europa e à América independentes. Guimarães reiterava a natureza e centralidade do poder real na figura de D. Pedro, ratificando como “acertadíssimas” todas as suas decisões no processo de condução dos povos das províncias do Brasil ao tentarem travar um diálogo com o poder pela via das petições, as quais, abriam espaço para a aproximação entre o monarca e seus súditos-cidadãos, reforçando, segundo Araújo Guimarães, a unidade e prosperidade do Brasil. A sequência de suas observações são, ainda mais, reveladoras:

O segundo Documento, que oferecemos aos Leitores, é a Proclamação em que S.A.R. Louva e Agradece os evidentes esforços, o ânimo e a presença de espírito com que a tropa desta fiel Capital e Província, fez alardo (sic) da sua bravura, e dos desejos de repelir os inimigos a sua tranquilidade. Nenhum prêmio podia ser mais proporcionado à manifesta lealdade, e entusiasmo dos Brasileiros do que os dignos elogios, com que S.A.R os distingue tão honrosamente. (Entendo por Brasileiros todos aqueles, que presos ao Brasil por vínculo de Cidadão, devem zelar à sua prosperidade, proscurendo a odiosa emulação, que resulta da ridícula distinção do lugar, em que cada um nasceu, já tão motejada por Luciano; quem se ilude com este fantasma não tem ideia da Pátria, nem de Cidadão) (OBSERVAÇÕES, 1822, p. 2).

Pela primeira vez, o jornalista explicitava o seu olhar sobre o processo político desencadeado no Rio de Janeiro depois do “Fico” reiterando seus laços de lealdade ao poder, assim como explicitando, mais uma vez, o lugar que buscava fortalecer para si perante a opinião pública: a voz autorizada e mais preparada para dizer a sua própria concepção de quem seriam os brasileiros que poderiam lutar pela liberdade da Pátria – pelos vínculos de pertencimento cidadão... Como sabemos, o correr dos anos de 1822 e 1823 marcaria uma luta acirrada entre os grupos políticos divergentes sobre a condução dos destinos do Brasil. Do “Fico” ao 07 de setembro e da separação política à Assembleia Constitucional, em 1823, D. Pedro consolidava a primazia na cena pública que pensava os destinos da nova Nação, assim como a história de *O Espelho* também foi indissociável de todo esse processo. Se muitas vezes, suas páginas refletiam a imagem do projeto de independência Andradino, não perderam, contudo, a identidade intelectual do seu fundador.

Referências

ADVERTÊNCIAS. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, 1821.

ADVERTÊNCIAS. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 4, 1821.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril 1821 a outubro de 1822*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAROLINO, Luís Miguel. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, p. 251-278, 2012.

CORRESPONDÊNCIA. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 4, 1821.

CORRESPONDÊNCIA. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 4, 1821.

EXTRATO da Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n.16, p. 1, 1821.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821-1822. Trissemanal.

HABITANTES do Rio de Janeiro. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n.18, p. 2, 1822.

JOHNS, Adrian. *The nature of the book: Print and Knowledge in the Making*. Chicago: Chicago University Press, 1998.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. D. Rodrigo de Souza Coutinho e os ilustrados da Corte de D. João. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia. *1808: a corte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010. p. 219-242.

KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, Contraponto, 1999.

KURY, Lorelay (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: o Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. v. 1, p. 617-626.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Ed Revan: FAPERJ, 2003.

NOTÍCIAS Extrangeiras. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 2, 1821

O ESPELHO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821-1822. Bissemanal.

OBSERVAÇÕES. *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 2, 1822.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles Oliveira. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: EDUSP: ICONTEC, 1999.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

PROSPECTO. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 0900020, p. 156-157, 25 set. 1821.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.

VIEIRA, Octávio Pacheco. *Origens da imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Endereço para correspondência

Juliana Gesuelli Meirelles

PUC-CAMPINAS

R. Proença, 991, apto 104

Bosque, 13026-121

Campinas, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.

Juliana Gesuelli Meirelles

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, (Unicamp), em Campinas, SP, Brasil. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas, SP, Brasil.